



Conselho da Liga dos Estados Árabes

*Guerra civil da Somália e ações por parte da Liga
Árabe*



Diretores

Guilherme Otávio

Mariana Meira

Henrique Campos

Jean Cristian



Apresentação da Mesa

Nós, os diretores da Liga dos Estados Árabes do MOCS VI, damos muito boas-vindas aos senhores delegados que tomarão parte neste urgente conselho! Que Alá esteja conosco para que possamos ter um excelente comitê, com discussões pontuais e resoluções incisivas. Esperamos que os senhores aproveitem este guia, que foi escrito com muito gosto, e esperamos mais ainda que aproveitem ao máximo o MOCS! Antes de começarmos a falar sobre os assuntos da Liga dos Estados Árabes, gostaríamos de nos apresentar. Vamos lá:

Olá, senhores delegados e senhoras delegadas, meu nome é Guilherme Otávio, tenho 17 anos, estou no 3º ano do ensino médio do CEFET-MG e serei um dos quatro diretores deste comitê. As simulações mudaram minha visão de mundo e me mostrou que ele é um lugar cheio de conflitos e problemas a serem resolvidos, mas com uma simples discussão em uma simulação podemos abrir nossa mente e ver um caminho diferente, um modo de pensar inédito. Vemos no passar dos anos vários conflitos ao redor do globo, e percebemos que se ações diferentes fossem tomadas, a história alguns países poderiam ter sido bem diferentes. Neste contexto, o Conselho da Liga de Estados Árabes vem se reunir para que a história da Somália e de sua nação seja reescrita e cabe a vocês, delegados e delegadas, trabalharem para essa mudança ser feita.

Salam, senhores e senhoras! Meu nome é Mariana Meira, tenho 17 anos e estou no 3º ano de Meio Ambiente do CEFET-MG. Sou a diretora mais bonita de vocês, além da mais simpática. Bom, brincadeiras à parte, tenho um enorme apreço pelo mundo das simulações, particularmente pelo MOCS. As simulações nos permitem uma visão diferenciada do mundo e um melhor conhecimento sobre diversos assuntos. Por este motivo, queremos trazer para vocês, delegados e delegadas, um comitê inovador, que trabalha um ponto de vista completamente diferente do pensamento ocidental. Esperamos que gostem



deste Conselho da Liga dos Estados Árabes tanto quanto nós! Vejo vocês no MOCS!

Muito prazer senhores e senhoras delegadas, meu nome é Henrique Campos de Freitas, tenho 19 anos, sou aluno do curso de Administração no CEFET-MG e técnico em Rede de Computadores pela mesma instituição. Estou muito contente com a oportunidade de ser diretor neste comitê sensacional, ao lado de outros três diretores também sensacionais com os quais tenho a incrível oportunidade de poder trabalhar junto! Os modelos e simulações sempre foram para mim algo muito importante, tanto na minha formação acadêmica quanto pessoal, pois me proporcionaram, de maneira única, uma visão de mundo completamente diferente daquela passada pela mídia ou pelos livros: um modelo é capaz de nos possibilitar a oportunidade de viver, em primeira pessoa, a resolução de conflitos e desastres. E dentre todos os modelos dos quais já participei, o MOCS é definitivamente o mais marcante para mim. Espero que a Liga dos Estados Árabes seja para vocês uma experiência única, capaz de lhes proporcionar todo o fascínio que o MOCS tem a oferecer.

Olá delegados e delegadas, meu nome é Jean Cristian Miranda, sou formado em Rede de Computadores e estudante do primeiro período da Engenharia de Produção na PUC-MG, e é com imensurável prazer que faço parte deste projeto juntamente com as pessoas mais incríveis do mundo. Sou diretor deste comitê fantástico. Participo do MOCS desde a sua terceira edição e a cada ano que passa meu amor pela CODIC/MOCS só cresce. Sempre fui apaixonado por comitês econômicos e militares. Se este projeto está em andamento sou grato aos diretores maravilhosos que fazem desta Liga dos Estados Árabes o melhor comitê de todos. Agradeço novamente à Mariana e ao Guilherme por me convidarem para este projeto diplomático maravilhoso, sempre entusiasmados, com extrema dedicação; competência é o sobrenome desses diretores magníficos, sou eternamente grato a vocês. Agradeço também ao Henrique Campos, sempre sensato, disposto a auxiliar e preocupado conosco, um ser humano ímpar, tenho a sorte de tê-lo como amigo. A temática



deste comitê é um assunto em pauta em diversas discussões diplomáticas e bem presente no nosso cotidiano, desta forma, desejo que todos os delegados estejam os mais preparados possíveis e prontos para mudar o destino de milhares de pessoas que carecem de apoio e auxílio. A mudança do mundo está em suas mãos.



Lista de Abreviaturas e Siglas

- ARPCT:** Alliance for the Restoration of Peace and Counter-Terrorism (Aliança para a Restauração da Paz e Contraterrorismo);
- AMISOM:** African Union Mission on Somalia (Missão da União Africana na Somália);
- CSNU:** Conselho de Segurança das Nações Unidas;
- EUA:** Estados Unidos da América;
- GFT:** Governo Federal de Transição;
- GNT:** Governo Nacional de Transição;
- IGASOM:** IGAD Peace Support Mission in Somalia (Missão da IGAD de Suporte à Paz na Somália);
- IGAD:** Intergovernmental Authority on Development (Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento);
- LEA:** Liga dos Estados Árabes;
- OLP:** Organização para a Libertação da Palestina;
- ONU:** Organização das Nações Unidas;
- PA.P.C.:** Pan-Arab Preliminary Conference (Conferência Preliminar Pan-Árabe);
- UA:** União Africana;
- UCI:** União das Cortes Islâmicas;
- UNOSOM:** United Nations Operation in Somalia (Operação das Nações Unidas na Somália);
- UNITAF:** Unified Task Force (Força Tarefa Unificada);



Sumário

1.	Introdução	7
2.	A Liga dos Estados Árabes	9
2.1.	História de Fundação da LEA.....	9
2.2.	Estrutura da LEA.....	11
2.2.1	O Conselho da Liga	11
2.2.2	O Conselho de Defesa Conjunta.....	12
2.2.3	O Conselho Econômico e Social	12
2.2.4	Os Comitês	12
2.2.5	O Secretário Geral	13
2.3.	A importância da LEA em conflitos no Oriente Médio.....	13
3.	Histórico do Conflito na Somália.....	16
3.1.	Intervenções de Coalizações Internacionais	17
3.1.1	A Primeira Batalha de Mogadíscio	18
3.2.	Governo Nacional de Transição e Governo Federal de Transição	18
3.3.	União das Cortes Islâmicas.....	19
3.3.1	A Segunda Batalha de Mogadíscio	20
3.4.	Intervenção da Etiópia e a reação da União Africana	20
3.5.	Bombardeios dos Estados Unidos	22
4.	Contexto Atual da Somália.....	25
5.	Perguntas a serem respondidas	29
6.	Posicionamentos	30
6.1.	Arábia Saudita	30
6.2.	Argélia	30
6.3.	Bahrein	31
6.4.	Catar	32
6.5.	Djibuti	33
6.6.	Comores	34
6.7.	Egito.....	34
6.8.	Emirados Árabes Unidos	35
6.9.	Eritreia (Observador).....	35



6.10.	Estados Unidos da América (Observador).....	36
6.11.	Etiópia (Observador)	37
6.12.	Iêmen.....	37
6.13.	Iraque	38
6.14.	Jordânia	39
6.15.	Kuwait.....	39
6.16.	Líbano	40
6.17.	Líbia	41
6.18.	Marrocos	41
6.19.	Mauritânia.....	42
6.20.	Omã	42
6.21.	Palestina (Organização para a Libertação da Palestina)	43
6.22.	Síria	44
6.23.	Somália (Governo Federal de Transição)	44
6.24.	Sudão.....	45
6.25.	Tunísia	45
6.26.	União Africana (Observador).....	46
7.	Referências.....	47
8.	Anexos.....	51

1. Introdução

“A Liga é indispensável para nós. Ela é um símbolo de autoridade árabe e o centro de nossa vida política. Seu espírito unificador é mais importante do que todas as outras coisas.” – (Ministro Sírio no Cairo; 12 de maio de 1949).



A Liga dos Estados Árabes (LEA) é uma organização regional que inclui nações da Península Arábica e do norte da África, sendo a primeira entidade criada após o fim da II Guerra Mundial. A Liga é fundamentada no objetivo principal de suporte as nações que a compõe e da luta pelo nacionalismo árabe unificado, tendo como escopo a padronização das posições dos países árabes com relação aos mais diversos assuntos mundiais.

A Somália é um dos membros fundamentais da LEA que passa por conflito, que vêm assolando o país a muitos anos. Desta forma, a nação sofre pelos conflitos entre coalizações militares, milícias e grupos que tentam tomar para si o seu poder, a destruição e morte recai sobre tudo e a todos. A queda do ditador Muhammad Siad Barre, em 1991, fez o país viver uma tensão política e ideológica forte a qual desencadeou conflitos entre grupos milicianos pelo poder sobre as regiões; deixou a Somália a mercê de grupos extremistas e criminosos; abriu brecha para que o contrabando, a pirataria e grupos terroristas se instalassem dentro do território somali e o mais grave, levou a população à morte, à fome e à busca por refúgio em países vizinhos.

Desta forma, a Liga deve demonstrar nesta reunião que o papel de liderança confiado a ela pelas nações do Mundo Árabe não é em vão. Os representantes das nações que integram a organização precisarão ter conhecimento das disposições sobre as intervenções à luz do Direito Internacional, bem como deverão estar a par das condições precárias que a nação Somali se encontra, se posicionando referente ao envolvimento e influência dos interesses das potências estrangeiras, buscando o equilíbrio de forças em que se encontram os países da região e, desta forma, a situação em que estão inseridos na atualidade. Mudanças devem ser efetuadas para que a paz, enfim, seja proclamada no território Somali.



2. A Liga dos Estados Árabes

A Liga dos Estados Árabes é uma organização regional de países do Oriente Médio e do Norte da África. Embora seja um bloco de heterogeneidade étnica, linguística e cultural, sua língua mais falada é o árabe e a religião predominante é o Islã.

Atualmente a Liga Árabe compreende 22 estados e uma população aproximada de 200 milhões de habitantes. Através de instituições como a ALECSO (Organização da Liga Árabe para a Educação, Ciência e Cultura) e o CAEU (Conselho de Unidade Econômica Árabe), a Liga dos Estados Árabes auxilia programas econômicos, políticos, militares e culturais de interesse do mundo árabe.

2.1. História de Fundação da LEA

Em 22 de março de 1945, no Cairo, Egito, surgia a Liga dos Estados Árabes. Inicialmente composta por Egito, Síria, Líbano, Iraque, Arábia Saudita, Iêmen e a extinta Transjordânia (desde 1965, Jordânia e parte da Arábia Saudita), surgiu como uma tentativa de consolidar as nações árabes no cenário global. (PHILIPP, 2016)

Durante o período entre guerras, a Síria e o Líbano continuavam sob forte influência da França, apesar de independentes. No Egito e na Palestina, a influência britânica começava se enfraquecer. Ainda assim, os países árabes eram estimulados pelo próprio Reino Unido a formarem uma liga árabe, para que se tornassem aliados na luta contra a Alemanha Nazista. Os palestinos, em adendo, temiam a proclamação do Estado de Israel.

Portanto, para evitar o surgimento de uma influência não árabe na região, em 1942, o Egito convocou representantes da Síria, Líbano, Iêmen, Arábia Saudita e Transjordânia para a discussão da formação de uma liga árabe. Um Comitê Preparatório, composto por esses países e por um representante dos



palestinos, se reuniu na cidade de Alexandria, durante duas semanas, para discutir o início da formação de uma organização de unidade árabe (PAN-ARAB PRELIMINARY CONFERENCE apud YALE LAW SCHOOL, 2016a). Como resultado dessa reunião, foi assinado o Protocolo de Alexandria, acessível para consulta no anexo disposto ao final do presente guia.

Em 1945, seguindo-se ao referido protocolo de 1944 – um tratado que garantia a representação, em igual medida, de todos os países participantes, e estabelecia a união dos países árabes como um mecanismo para o fortalecimento destes diante da comunidade internacional (PA.P.C. apud YALE LAW SCHOOL, 2016a) -, foi assinado o Pacto da Liga Árabe, que inaugurou formalmente a Liga dos Estados Árabes.

Em 1950 foi assinado o Tratado de Cooperação Econômico-Defensivo. Dentre os diversos tratados firmados pela Liga Árabe este foi, sem dúvidas, o mais importante, pois culminou na formação do Conselho Econômico da Liga dos Estados Árabes (hoje Conselho Econômico e Social), em 1952, e estabeleceu a existência de um comando militar árabe, que entraria em vigor posteriormente, em 1964. (PORTO EDITORA, 2016)

A Organização para a Libertação da Palestina (OLP), fundada em Jerusalém em 1964, foi tida 10 anos depois pela Liga Árabe como a única representante legítima do povo palestino. A Palestina foi incluída na Liga Árabe representada pela OLP. Desde 1976, o Estado da Palestina ocupa este lugar.

Até 1993, todos os vinte e dois Estados constituintes da Liga Árabe já eram membros. Embora ainda não reconhecida como um bloco influente no globo, a Liga dos Estados Árabes age de forma importante no cenário regional, em episódios como a mediação da situação política libanesa, em 1989; o boicote quase total a Israel, vigente de sua fundação até 1993; a condenação do ataque iraniano ao Kuwait, em 1990; entre outros episódios. (PORTO EDITORA, 2016)



2.2. Estrutura da LEA

A Liga Árabe reitera o respeito à soberania de seus estados-membros, embora estabeleça diversos objetivos comuns a todos: manter e fortalecer a solidariedade entre os estados-membros; assegurar a paz e a coesão entre os Estados-membros, oferecendo o papel de moderadora em caso de conflitos entre dois ou mais países da Liga; e assegurar a cooperação dos estados-membros em diversas áreas.

Para o cumprimento destes objetivos, as principais instituições da Liga dos Estados Árabes são o Conselho da Liga, o Conselho de Defesa Conjunta, o Conselho Econômico e Social, os Comitês e o Secretariado Geral (INTERNATIONAL DEMOCRACY WATCH, 2016), que serão apresentados a seguir.

2.2.1 O Conselho da Liga

O Conselho é o órgão supremo da Liga. É composto por representantes dos Estados-membros e geralmente se reúne duas vezes ao ano. Reuniões extraordinárias podem ocorrer caso necessário, desde que sejam solicitadas por pelo menos dois representantes de Estados diferentes. O Conselho tem como funções principais controlar e coordenar as atividades da Liga, averiguar o cumprimento de acordos e indicar o Secretário Geral.

No Conselho, cada Estado tem um voto, e as decisões tomadas são aplicadas somente aos Estados que as aceitarem.



2.2.2 O Conselho de Defesa Conjunta

O Conselho de Defesa Conjunta advém do tratado de cooperação econômico-defensivo, chamado de Tratado de Defesa Conjunta e Cooperação Econômica Entre os Estados da Liga Árabe, que foi assinado em 1950 e está disponível no anexo deste documento. O Conselho em questão é composto pelos ministros de Relações Exteriores e Defesa de todos os Estados-membros, sendo que as decisões tomadas por uma maioria de dois terços da casa devem ser aplicadas a todos. (LEAGUE OF ARAB STATES TREATY SERIES apud YALE LAW SCHOOL, 2016b)

Comissão Militar Permanente: Subordinada ao Conselho de Defesa Conjunta, a Comissão Militar Permanente é constituída por representantes das forças militares dos países árabes. A Liga Árabe em si não possui exército próprio.

2.2.3 O Conselho Econômico e Social

Também baseado no Tratado de Cooperação Econômico-Defensivo de 1950, seu objetivo consiste em promover meios de desenvolvimento socioeconômico no Mundo Árabe. O Conselho Econômico e Social também coordena os diversos órgãos fundados pela Liga dos Estados Árabes, entre eles o Fundo Árabe de Assistência aos Países Árabes e Africanos, o Fundo Monetário Árabe (FMA), a Organização Árabe para Desenvolvimento Agrícola, o Centro de Desenvolvimento Industrial para Países Árabes, o Banco Árabe para o Desenvolvimento Africano, o Conselho Árabe de Aviação Civil, a União Árabe de Telecomunicações, o Conselho de União Árabe, entre outros.

2.2.4 Os Comitês

A LEA tem seus comitês divididos em três categorias:



Os comitês organizados pelas instituições mais importantes da Liga, que em cada Sessão Geral são apontados pelo Conselho da Liga. Podem ser comitês sociais, econômicos, militares ou outros. Estes comitês não são permanentes, e sua longevidade depende da duração da Sessão Geral.

Os comitês "ad hoc", responsáveis por tarefas muito específicas. Surgem conforme a necessidade e são dissolvidos quando cumprem seu papel.

E os comitês permanentes, que têm um papel crucial no funcionamento da liga. Os comitês permanentes, apesar de sua importância, não têm uma função predeterminada. Estes comitês estudam os problemas de sua esfera de competência e transmitem relatórios para o Conselho da Liga. Existem comitês permanentes para questões econômicas, problemas sociais, saúde, cultura, questões políticas, informação, petróleo, finanças e administração.

2.2.5 O Secretário Geral

O Secretariado Geral é a instituição da Liga responsável pela implementação das decisões tomadas pelo Conselho da Liga. É encabeçada pelo secretário geral, que conta com a assistência de outros secretários. É apontado pelo Conselho da Liga com uma maioria de dois terços de votos, mas em todas as eleições já ocorridas o secretário geral foi apontado por unanimidade. O secretário geral exerce o cargo por um período de cinco anos, e durante este tempo é o representante do Mundo Árabe no cenário internacional.

2.3. A importância da LEA em conflitos no Oriente Médio

Uma das principais funções da Liga dos Estados Árabes é a de mediadora em situações de conflito no Oriente Médio. Este papel foi cumprido diversas vezes desde a fundação da Liga, como visto na importante atuação dos seis Estados fundadores durante o conflito Árabe-Israelense.



Em 1976, foi realizado em Riyadh, na Arábia Saudita, a primeira reunião extraordinária da Liga Árabe (COUNTRY LISTING, 2016), que teve a intenção de desarticular a Guerra Civil Libanesa logo em seu início. A reunião, da qual participaram apenas os representantes da Arábia Saudita, Egito, Síria, Kuwait, Líbano e OLP (a despeito dos 18 países membros até então), levou à decisão pelo fim da Guerra Civil Libanesa. O conflito, no entanto, se estenderia por muitos anos. Em 1989, um comitê ad hoc da Liga Árabe começou a formular soluções para o fim da guerra. No ano seguinte, o conflito chegou ao fim.

A Liga Árabe também teve um importante papel durante a Guerra Irã-Iraque, tendo realizado, em 1987, um encontro exclusivo para a discussão do assunto. Embora, no decorrer do conflito, Líbia e Síria tivessem demonstrado apoio ao Irã (DAILY NEWS, 1984), o Conselho declarou seu apoio ao Iraque no que descreveu como "defesa legítima de seus direitos" e criticou abertamente a recusa iraniana em aceitar a proposta de cessar-fogo das Nações Unidas. O apoio da Liga ao Iraque foi visto novamente em maio de 1990, já com o fim da Guerra Irã-Iraque, quando a reunião em Bagdá trouxe críticas severas à política ocidental de impedimento ao desenvolvimento balístico iraquiano. Porém, com a invasão iraquiana do Kuwait ainda em 1990, convocou-se outra reunião de emergência na qual doze dos vinte estados presentes condenaram a postura do Iraque. A Liga Árabe também agiu na divisão de recursos hídricos dos rios Tigre e Eufrates em 1996, para reduzir as disputas por água da Síria e do Iraque com a Turquia.

O Estatuto da Liga Árabe é formado por 20 artigos, 3 anexos e um preâmbulo. O último consiste em que os países membros visem em uma cooperação acordos multilaterais entre si, juntamente com a participação dos estados para garantir seus futuros e realizar suas aspirações, realizando assim os interesses pan-arábicos. Vale ressaltar que a Liga Árabe, por meio de seu Estatuto, foi responsável pela integração de serviços de comunicação, postal, telefonia, rádio e televisão, esteve ativa resolvendo questões relativas a disputas entre alguns países árabes e minimizou conflitos, especialmente no Líbano.



Desta forma, a Liga é uma ferramenta crucial para solução de problemas políticos no Oriente Médio, devido à sua importância e abrangência no cenário atual. Seu objetivo é fortalecer e coordenar as políticas econômicas, sociais e culturais dos estados integrantes e ser responsável por mediar as disputas internas, assim como as divergências que surgissem entre os membros e outras nações. Essa posição evoluiu para uma política de cooperação econômica e defesa coletiva, sendo esta firmada por um tratado assinado em 1950 – Tratado de Cooperação Econômica e Defesa Conjunta.

Sendo assim, A Liga dos Estados Árabes apresenta-se, substancialmente, desde sua origem, como uma organização estática. Essa regulação tem como alicerce a equidade e o reconhecimento mútuo da soberania e da independência dos seus membros. Nesse aspecto, a Carta da Liga Árabe é omissa quanto à unidade, enfatizando a determinação pelo respeito da soberania e da independência devidas aos outros Estados-membros, restando a intervenção nos assuntos internos dos outros. De acordo com a Carta, as decisões só são válidas quando aceitas por consenso.

Em sua essência, a Liga Árabe recebeu um significativo estatuto de prestígio, ilustrado pelo alto nível dos representantes que participaram nas sessões do Conselho. No entanto, a derrota sofrida na Primeira Guerra Árabe-Israelense (15 de maio de 1948 a janeiro de 1949) e a perda da Palestina a favor de Israel, provocou uma enorme perda de imagem e de conceito, uma vez que fora ela quem conduzira e coordenara as ações políticas e militares então desenvolvidas.

Porém, a Liga foi responsável por mediar o conflito da Palestina-Israel, reforçando a pressão sobre a nação judaica, contribuindo para que esse país se manifestasse finalmente a nível oficial sobre a iniciativa de paz árabe. Tal atitude resultou em uma visibilidade positiva no cenário internacional, se posicionando de forma firme em frente ao conflito. É neste aspecto que os membros da Liga devem tomar partido frente às questões da Somália, buscando findar, de uma vez por toda, uma luta que se perpetua por muitos anos.



3. Histórico do Conflito na Somália

Os conflitos armados que compõem a chamada Guerra Civil da Somália têm suas origens relacionadas com o processo revolucionário que começou em 1986 e resultou, em 1991, na queda da ditadura militar de Muhammad Siad Barre, que ocupava desde 1969 a presidência do país. A revolução dava sinais de que seria bem sucedida, entretanto, os grupos que derrubaram Siad Barre não conseguiram lidar com a instabilidade política gerada pela mudança de governo e agravada pela ação de movimentos antirrevolucionários (CARDOSO, 2012, p. 46). Conseqüentemente, o regime recém instalado não consegue se firmar como um governo de facto e, tampouco, se sustentar no poder, condenando todo o território somali à uma situação caótica e anárquica.

A Somália se torna, então, um alvo fácil para a atividade de grupos extremistas e uma região propícia para a prática de pirataria e contrabando, pois não existia mais qualquer autoridade capaz de fiscalizar ações ilegais no país. Da mesma forma que o caos político alimentava a ação dos grupos criminosos, a ação destes também alimentava o caos político, gerando assim um sistema recursivo que fertilizava uma terra cada vez mais propícia para a guerra civil que começava a se formar.

Em poucos anos, as facções criminosas (em sua grande maioria praticantes de pirataria) se estruturaram a ponto de preencher o vácuo governamental que se instaurou na Somália (ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, 2016). Cada uma tomava para si comandos regionais, o que resultou na fragmentação do país em um sistema não oficial de sub federações. As leis às quais o povo de fato se subordinava eram ditadas pelos chamados Senhores da Guerra, líderes de gangues que buscavam o controle de regiões no país. Estas leis eram majoritariamente injustas, repressivas e feitas para fortalecer ainda mais o poder dos criminosos, em detrimento da população somali, que se via mais uma vez desprovida dos direitos fundamentais do ser humano.



3.1. Intervenções de Coalizações Internacionais

As Nações Unidas interviram em território somali por meio de duas missões e uma força tarefa multinacional. São elas, respectivamente, a UNOSOM I, UNOSOM II e UNITAF. As intervenções cumpriram parcialmente a missão de assegurar a ajuda humanitária para pessoas em situação extrema, mas falharam em tentar restaurar a paz e o Estado de Direito no país, chegando a causar batalhas sangrentas e milhares de mortes civis. Além das falhas intervenções da ONU, uma missão de paz foi aprovada no Conselho de Paz e Segurança da União Africana em Janeiro de 2007, e agora aguarda a aprovação do CSNU.

No dia 24 de Abril de 1992, foi aprovada pela Resolução 751 do Conselho de Segurança das Nações Unidas a primeira tentativa de intervenção internacional em território somali. Chamada de Operação das Nações Unidas na Somália I (UNOSOM I), a missão foi estabelecida para monitorar o cessar-fogo em Mogadíscio e escoltar as entregas de suporte humanitário até os centros de distribuição na cidade. Apesar do fracasso do cessar-fogo, que foi ignorado pelos Senhores da Guerra, o mandato da missão e sua capacidade de atuação foram estendidos pelo CSNU, em Agosto do mesmo ano, com fins de proteção aos comboios humanitários e centros de distribuição de recursos espalhados por toda a Somália. A UNITAF, Força Tarefa Unificada, liderada pelos Estados Unidos da América, foi autorizada pelo CSNU em Dezembro, para agir em conjunto com a UNOSOM, e garantir a segurança dos grandes centros populacionais (NAÇÕES UNIDAS, 2003a).

Ao término do mandato da UNOSOM I, em Março de 1993, foi criada pelo mesmo Conselho sua continuação, a UNOSOM II. A Operação das Nações Unidas na Somália II foi estabelecida para tomar ações mais efetivas e garantir um ambiente seguro para a assistência humanitária. As tropas da missão foram retiradas em Março de 1995 depois de várias batalhas que foram consideradas



perdidas, sendo a mais conhecida e sangrenta a Batalha de Mogadíscio. (NAÇÕES UNIDAS, 2003b)

3.1.1 A Primeira Batalha de Mogadíscio

Uma das mais marcantes batalhas envolvendo a UNOSOM foi a Batalha de Mogadíscio, travada na madrugada de 3 para 4 de Outubro de 1993. A estratégia, elaborada e coordenada pelos Estados Unidos, previa que a missão, cujo objetivo era capturar líderes e autoridades somalis aliadas ao senhor da guerra Mohamed Farrah Aidid, fosse silenciosa e durasse por volta de uma hora. Entretanto, o conflito se alargou e resultou em graves baixas para ambos os lados: foram abatidos dois helicópteros de elite modelo UH-60 Blackhawk e dezoito soldados das forças armadas estadunidenses, além de outros 73 feridos. Durante a batalha, por volta de 500 somalis, entre civis e militares, perderam suas vidas. Outros mil ficaram feridos (BOWDEN, 1997). A pior baixa, entretanto, para a coalizão das Nações Unidas, foi a repercussão negativa do incidente na imprensa internacional.

3.2. Governo Nacional de Transição e Governo Federal de Transição

O Governo Nacional de Transição (GNT) foi fundado no ano 2000, como resultado de uma Conferência de Paz convocada por iniciativa do novo presidente do Djibuti, Ismail Omar Guele (CARDOSO, 2012). A assembleia responsável pela composição do GNT contou com um sistema de cotas para a distribuição de suas 245 cadeiras. Os clãs Darod, Hawiye, Digil Mirifle e Dir receberam 44 cadeiras cada, as minorias receberam 24, as mulheres receberam 25 e outras 20 foram escolhidas pelo presidente Guele (LEWIS apud CARDOSO, 2012, p. 74).

Apesar de ser reconhecido como soberano pela ONU, o Governo Nacional de Transição só conseguia exercer sua jurisdição na região da capital



Mogadíscio, pois não teve o reconhecimento dos líderes de outras regiões da Somália. Alguns destes líderes boicotaram o processo de formação do GNT, alegando que este não era de fato representativo.

Visando substituir o falho GNT, a ONU propôs a formação de um estado capaz de reunificar novamente toda a Somália, buscando dar mais atenção às organizações regionais. Dessa ideia surgiu o Governo Federal de Transição (GFT), em 2004. A iniciativa foi melhor sucedida que a primeira tentativa, porém não o suficiente para ser aceita completamente em todas as regiões. Segundo Cardoso (2012), os líderes regionais ainda não se sentiam contemplados com o projeto das Nações Unidas para a Somália: “Os representantes da Somalilândia participaram em algumas conferências de reconciliação nacional realizado sob auspício da ONU e das organizações regionais, porém não mostraram interesses em se unir ao restante do país. Esses viam com certa desconfiança o projeto da ONU de criar um Estado Federal na Somália.” (CARDOSO, 2012, p. 56)

O GFT foi fundado no Quênia, na cidade de Nairóbi, pois não era possível garantir as condições mínimas de segurança em território somali, nem mesmo na capital, já dominada por facções criminosas. No início de 2006, sua sede foi relocada para Baidoa, no centro-sul da Somália (CARDOSO, 2012, p. 75), o que resultou em um processo turbulento e conflituoso contra outro grupo que também se assumia como autoridade nacional centralizada na Somália: a União das Cortes Islâmicas.

3.3. União das Cortes Islâmicas

Paralelamente às tentativas da ONU de reconsolidar um governo legalista na Somália, diversos grupos comandados por Senhores da Guerra se autoproclamavam soberanos em suas respectivas regiões. A União das Cortes Islâmicas (UCI) foi formada como uma união entre alguns destes grupos, cujo objetivo era se opor ao GFT como autoridade nacional máxima no país e defender a união territorial da Somália sob a lei islâmica, a Sharia. Já outros



Senhores da Guerra, que não se juntaram à UCI, formaram a Aliança para a Restauração da Paz e Contraterrorismo (ARPCT). A ARPCT pregava a instauração de um Estado Laico e era financiada pela Agência de Inteligência dos Estados Unidos da América, a CIA. (PRENDERGAST apud SHAFIR; MEADE; ACEVES, 2013, p. 140)

A UCI era vista como uma ameaça por muitos países e Senhores da Guerra, que por isso apoiavam as ações do GFT; entre eles, se destacam a Etiópia e os líderes da Puntlândia, região do nordeste somali autodeclarada como Estado Autônomo. Entretanto, outros países islâmicos reconheciam na UCI mais legitimidade do que no GFT, alegando que este último estava sob influência dos interesses ocidentais.

3.3.1 A Segunda Batalha de Mogadíscio

Em Junho de 2006, a UCI travou uma sangrenta batalha para disputar o comando da capital Mogadíscio, que até o momento se encontrava sob controle da ARPCT. Não se sabe precisamente as forças e as baixas de cada lado, mas estima-se que cerca de 400 somalis morreram no conflito. A UCI conseguiu tomar a cidade, e ainda trouxe para seu lado alguns Senhores da Guerra fieis à aliança. A partir daí a união ganhou força, e conseguia agregar cada vez mais territórios, enquanto a ARPCT entrou em decadência e rapidamente foi extinta da Somália.

3.4. Intervenção da Etiópia e a reação da União Africana

A Liga Árabe convocou duas reuniões entre o GFT e a UCI, mas ambas falharam em chegar a uma solução pacífica para os conflitos. O GFT acusava a UCI de desrespeitar seus limites territoriais, enquanto a UCI culpava o GFT por permitir a entrada de tropas etíopes na Somália (MALUGUETA apud CARDOSO,



2012, p. 75). A UCI ainda denunciava a Etiópia de receber influência e investimento estadunidense em suas ações militares no território somali.

Em Dezembro de 2006, visando conter os avanços da UCI, a Etiópia anunciou o envio de soldados aos territórios segurados pelo GFT. Os líderes da UCI consideraram essa coalizão uma ameaça à sua autodeclarada soberania, e partiram em ofensiva para expulsar os etíopes da Somália.

A Etiópia e o GFT, com o apoio da Putlândia, iniciaram uma contraofensiva em direção aos territórios controlados pelos Jihadistas. A figura 3.1 ilustra a extensão do território de cada organização após o anuncio da intervenção etíope.

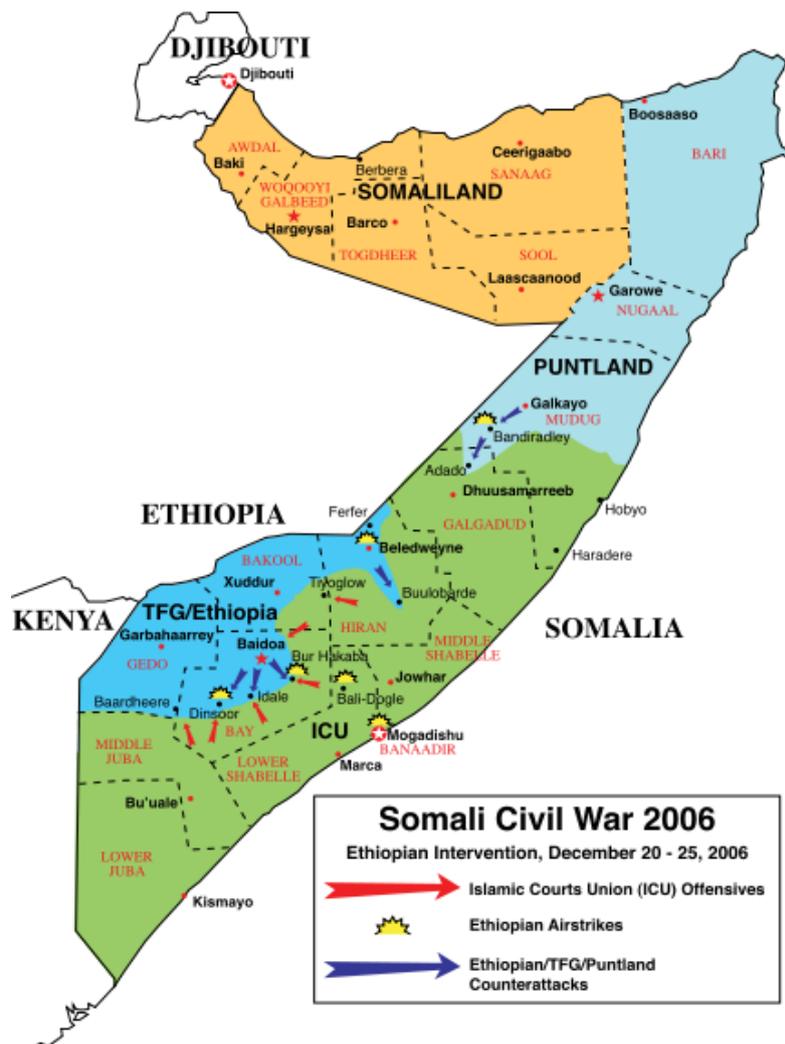


Imagem 3.1 - Em verde, o território da UCI, em azul escuro, o da coalizão GFT/Etiópia.



A ação etíope incluiu também bombardeios em áreas estratégicas controladas pela União das Cortes Islâmicas. Entre eles se destaca o do aeroporto de Mogadíscio, enquanto a cidade ainda estava dominada pela UCI (G1, 2006). Entre as maiores batalhas travadas, quase todas foram vencidas pela coalizão etíope com o GFT, que rapidamente ganhou terreno e fez com que até o final do ano a UCI perdesse o comando da capital Mogadíscio e da grande cidade de Kismayo, no extremo sul do país.

Vale ressaltar que a intervenção da Etiópia foi inicialmente aprovada pela União Africana, organização continental da qual muitos países da Liga Árabe também fazem parte, que avaliou como ameaçadora à soberania somali a ação de grupos islâmicos radicais sob a guarda da UCI (G1, 2006). Entretanto a mesma União Africana solicitou recentemente à Etiópia que retirasse suas tropas do território somali (BBC, 2006), pois discutia lançar sua própria intervenção na região.

A Missão da União Africana na Somália (AMISOM) foi aprovada pelo Conselho de Paz e Segurança da organização no dia 19 de Janeiro deste ano (2007), e agora aguarda o aval do Conselho de Segurança das Nações Unidas para iniciar suas operações (AGENCE DE PRESSE AFRICAINE, 2007). A missão é de caráter de manutenção de paz, e visa garantir que os conflitos no sul da Somália permaneçam controlados.

3.5. Bombardeios dos Estados Unidos

No final de 2006 os Estados Unidos da América anunciaram a intenção de promover uma série de bombardeios aéreos sobre áreas estratégicas controladas pela União das Cortes Islâmicas. Os EUA justificaram a nova ação militar em território somali, a primeira desde a retirada das tropas estadunidenses em 1995, alegando que cédulas da Al-Qaeda estavam se organizando na região com o apoio da UCI e que os ataques aéreos seriam coordenados visando



destruir os quartéis e esconderijos do grupo terrorista (VRIES, 2007), responsável pelos atentados de 11 de Setembro de 2001, que destruíram as edificações do World Trade Center, conhecidas como ‘torres gêmeas’, parte do Pentágono, e que resultaram na queda de um voo sequestrado que supõe-se que tinha direção a Washington, matando no total 2977 pessoas e instaurando o caos e o medo nos Estados Unidos e na Comunidade Internacional. (ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, 2015)

Contudo, a alegação de que apenas os terroristas estariam sendo atingidos pelos bombardeios não é tida como unanimidade. Um legislador somali não identificado afirmou que 31 civis, incluindo um casal recém-casado, morreram no bombardeio do dia 11 de Janeiro deste ano (2007), realizado, por dois helicópteros, na região de Afmadow, sul da Somália, próxima a fronteira com o Quênia. (VRIES, 2007)

Os bombardeios estadunidenses são realizados a partir de suas bases aéreas no Djibouti, localizadas a uma distância curta dos alvos e em uma localização protegida pela extensão territorial etíope e pela neutralidade dos líderes da Somalilândia.

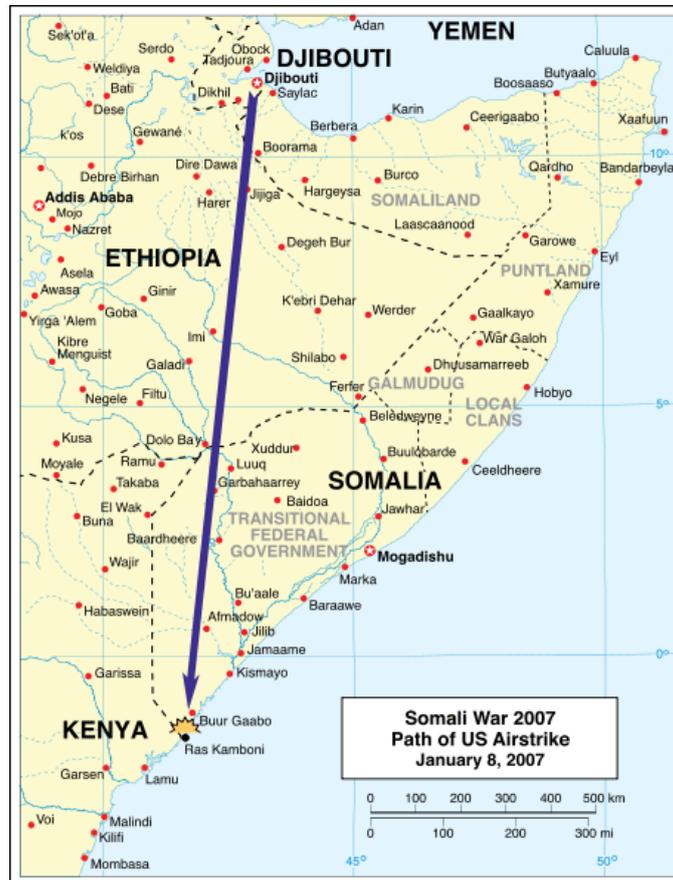


Imagem 3.2. - Rota do ataque aéreo estadunidense realizado no dia 8 de Janeiro.



4. Contexto Atual da Somália

Ao longo dos últimos dois meses, vulgo Dezembro de 2006 e Janeiro de 2007, as intervenções bélico-militares da Etiópia e dos Estados Unidos da América resultaram em um enorme recuo das tropas da UCI, que tiveram seus avanços territoriais totalmente contidos, além de significativas perdas militares e estruturais. As imagens a seguir representam a rápida queda dos territórios controlados pela UCI após a intervenção etíope.

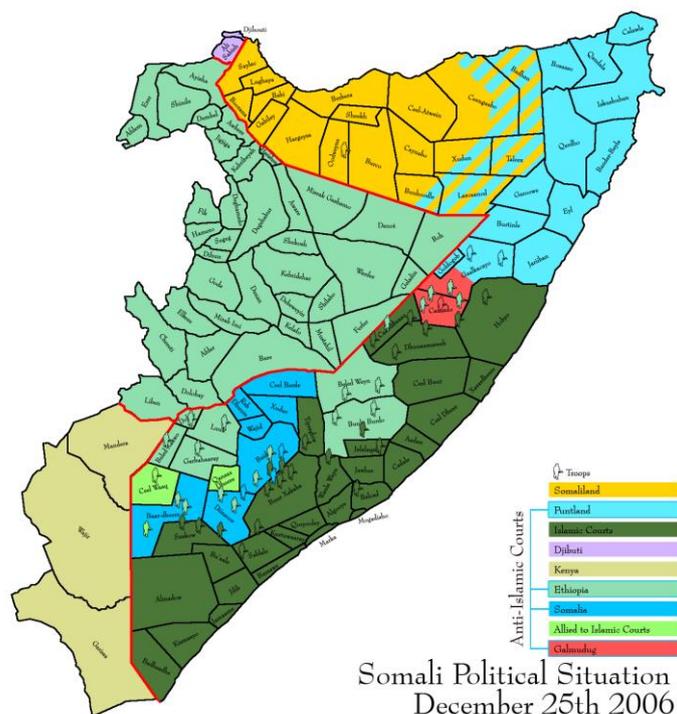
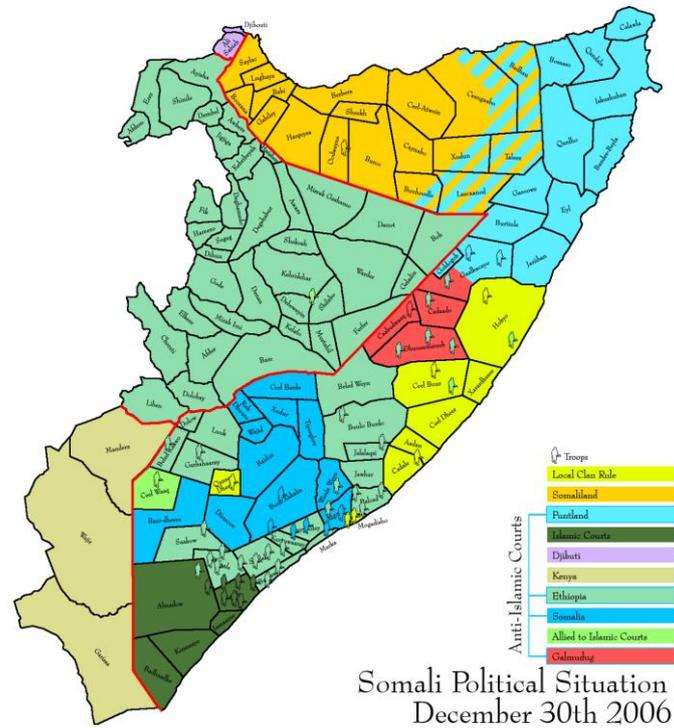


Imagem 4.1. - Disposição territorial somali no dia 25 de Dez de 2006. Em verde escuro, as tropas e territórios da UCI.



Somali Political Situation
December 30th 2006

Imagem 4.2. - Disposição territorial somali no dia 30 de Dez. de 2006. A UCI sofreu grandes baixas e entregou territórios a outros líderes não alinhados com o GFT, representados na imagem pela cor amarela. Em vermelho a região autônoma de Galmudug, recém liberta pelas forças da Etiópia, da Putlândia e do GFT.



muitas milícias e senhores da guerra, não necessariamente leais à UCI ou ao GFT, se fortaleceram belicamente durante os conflitos.

Em várias das regiões dominadas por clãs militares, as atividades criminosas, como a pirataria e contrabando, não encontram qualquer resistência ou vigilância, e chegam a ser, em muitos casos, coordenadas pelos próprios líderes locais. Até mesmo nas regiões dominadas pelo GFT, a fiscalização dessas ações é feita de maneira ineficaz, devido as suas péssimas condições de governabilidade. Diversas rotas marítimas são afetadas pela insegurança de se navegar próximo à costa somali, incluindo as incontáveis rotas que atravessam o Canal de Suez, trecho marinho artificial localizado no Egito, que liga o Mar Mediterrâneo ao Oceano Índico conectando a Europa com o leste da África e o sul da Ásia.



5. Perguntas a serem respondidas

Visando um debate mais produtivo e um maior entendimento acerca do tema a ser debatido dentro deste conselho foram formuladas algumas questões. É de suma importância que os senhores e senhoras delegadas tenham em mente os seguintes pontos ao decorrer do debate:

- O que motivou a guerra civil na Somália e quais soluções devem ser adotadas para que haja a assinatura de um Tratado de Paz?
- Como a guerra civil somali afeta a Liga Árabe?
- De que forma a Liga Árabe pode restaurar o governo somali?
- Qual seria a forma de se proteger os civis durante o processo de restauração do governo?
- De que modo pode-se lidar os extremistas islâmicos sem vitimar a população civil?
- A coalizão militar árabe vem sendo efetiva? Se não, o que pode ser feito para melhorá-la?
- De que forma a Liga Árabe pode restaurar a paz no Somália e auxiliar na reestruturação socioeconômica da nação?
- A intervenção etíope é aceitável?
- Quais as consequências a longo e médio prazo que o conflito trará?
- Quais os impactos imediatos na comunidade internacional?
- É interessante a participação somali na Liga Árabe? Por quê?
- Como irá se combater os grupos terroristas em território somali?



6. Posicionamentos

6.1. Arábia Saudita

O Reino da Arábia Saudita é um país localizado na Ásia, mais precisamente no Oriente Médio, numa região conhecida pela presença do Golfo Árabe e Mar Vermelho. O país limita-se com a Jordânia, Iraque, Kwait, Catar, Emirados Árabes Unidos, Omã e Iêmen. É regido por uma monarquia absoluta e atualmente é reinado por Abdullah bin Abdulaziz, filho de Ibn Saud, fundador da Arábia Moderna.

Sob o comando de rei Abdullah, que assumiu o poder em 2005, a Arábia assumiu seu contínuo apoio aos Estados Unidos da América (BBC, 2016). As relações com os países da região chamada de “chifre da África”, onde se localiza a Somália, tem passado por proibições de exportação de gado para o reino árabe em 2004, mostrando que os dois países detinham de uma relação econômica no mínimo conturbada. O país também demonstra uma crescente preocupação com a influência Iraniana em outros governos do mundo árabe, como a Eritreia. Seguindo a posição de seus principais aliados, a Arábia Saudita condena a ação dos grupos islâmicos de resistência ao GFT, e apoia as recentes atuações da Etiópia e dos EUA no território somali.

6.2. Argélia

A República Argelina Democrática e Popular é um país localizado no norte da África que faz parte da região do Magreb. É regido por um sistema de república semipresidencialista e tem como líder, em seu segundo mandato, Abdelaziz Bouteflika.

A Argélia tem passado por vários conflitos armados nas últimas décadas. Em 1992, após a eleição de um presidente filiado ao partido Frente Islâmico de Salvação, houve a invalidação das eleições pelos militares que tomaram o poder



e prenderam muitos dos que apoiavam o governo. Dessa forma surgiram grupos armados islâmicos extremistas que entraram em conflito com o governo e entre si, levando violência para toda a nação (WHITNEY, 1997). Em 1997, com um novo governo, uma lei de anistia aos combatentes islâmicos, que não haviam sido condenados por assassinato ou estupro, foi aprovada. A anistia foi repetida por Abdelaziz em 2005, por meio de um referendo nacional, que tirava processos contra ex-combatentes e dava uma compensação para as famílias mortas pelas forças do governo.

O governo da Argélia procura uma integração entre os países do Magreb (Argélia, Marrocos, Tunísia, Líbia e Mauritânia), e se atenta na mediação de conflitos, tanto na África, como no mundo Árabe. Em 2000, no auge do conflito entre Etiópia e Eritreia, conversas e negociações entre os países foram conduzidos pelo presidente e pelo Ministro da Justiça da Argélia, culminando num acordo de cessar fogo entre os países. Esses fatos demonstram que a posição argelina sobre o conflito é de apoio contra o terrorismo e de conciliação entre as partes para que tal conflito tenha uma solução que seja benéfica a todos. (MOURAD BENCHEIKH, 2007)

6.3. Bahrein

O Reino do Bahrein é um país situado numa ilha no golfo pérsico, ao lado do Catar, e é regido por uma monarquia constitucional, apesar ser considerada por alguns como uma monarquia absoluta pelo fato do parlamento não ter um poder consolidado e o judiciário não ter independência. É um país que tem um alto índice de desenvolvimento humano e é um dos Estados árabes mais economicamente liberais.

O país é um grande aliado dos EUA e é considerado um aliado não membro da OTAN muito importante no Oriente Médio, por sua posição estratégica. Apesar dessa aliança entre os dois países, existem protestos e um clima de antipatia contra os estadunidenses por parte de população, e isso se deve ao



fato dos EUA apoiar o governo israelita nos conflitos contra a Palestina. É importante ressaltar que apesar dos conflitos e tensões políticas no mundo árabe, o Bahrein sempre tentou manter relações com outros países. Antes da invasão estadunidense no Iraque, o rei Hamad ofereceu asilo à Saddam Hussain caso ele deixasse o poder e saísse do país, de forma que a nação não sofresse as consequências da invasão. Conversas com o Irã e Israel também já foram e são feitas, demonstrando a maleabilidade das relações políticas do Bahrein. (ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, 2016)

O Reino do Bahrein se dispõe a buscar soluções para o conflito somali, podendo oferecer ajuda humanitária. O governo do país acredita que uma relação pacífica entre as partes deve ser reestabelecida para que a Somália volte a ser um Estado consolidado, forte e independente.

6.4. Catar

O Estado do Catar é um estado soberano regido por uma monarquia constitucional, sendo todos os Emir's (Chefes do Estado) da família Al Thani desde a independência do Catar. O país se encontra no Golfo Pérsico, ao leste da Arábia Saudita e ao sul da ilha onde se encontra o Bahrein.

O Catar tem como religião oficial o Islã e como base para sua legislação a Sharia, um conjunto de leis com bases religiosas. O Catar tem o melhor índice de desenvolvimento humano do mundo árabe, tem uma economia forte e emergente e exerce grande poder no Oriente Médio. A emissora Al Jazeera, controlada pelo Emir Hamad, é a maior emissora de TV jornalística do Catar e uma das mais importantes do mundo Árabe, sendo reconhecida internacionalmente. Outro fato que demonstra a importância de tal país é a hospedagem da Rodada de Doha, que consiste numa negociação entre os países associados à Organização Mundial do Comércio (OMC), cujo objetivo é diminuir as barreiras comerciais, promovendo, dessa forma, a liberalização do comércio mundial. (ABDULLAH, 2014)



Um dos pontos mais interessantes sobre o Estado do Catar é sua política externa. O país busca ter uma relação amistosa com todos os outros. Mantém relações com os EUA, tendo tratados econômicos e militares, e ao mesmo tempo com o Irã, com quem mantêm um compartilhamento de um campo de gás natural. O país defendeu o Hezbollah na guerra contra Israel em 2006 e doou milhões para a reconstrução de casas no complexo militante no sul do Líbano, e mesmo assim mantêm relações com a nação israelense. Isto demonstra que o governo do país procura sempre um aliado que possa vir a ajuda-lo num futuro próximo, não importando com sua orientação política. No caso do conflito que ocorre em território Somali, seus esforços serão voltados em prol da retirada das tropas etíopes do território somali, por considerar ser mais efetiva uma coalizão cooperativa de grupos regionais como a da União Africana ou mesmo da própria Liga Árabe.

6.5. Djibuti

O Djibuti é um país extremamente presente nas negociações de paz envolvendo líderes regionais na Somália. Foi por iniciativa de seu presidente que foi convocada a assembleia que resultou na formação do GNT, o governo centralizado predecessor do GFT. Por conta disso, o Djibuti reconhece no GFT e nos governos regionais autodeclarados, como a Somalilândia e a Puntlândia, mais disposição para atingir a paz do que na UCI. O Djibuti tem relações próximas com a Etiópia, então incentiva a ação etíope de defesa dos territórios reclamados pelo GFT.

O país não apenas dá apoio aos bombardeios estadunidenses na região, mas permite que partam das bases aéreas localizadas em seu território, os caças responsáveis pela realização dos ataques. Apesar disso, criticou as mortes civis atribuídas aos ataques aéreos e julga que eles devam ser executados com extrema cautela para que outras casualidades não ocorram. (BBC, 2007)



6.6. Comores

O Comores é um arquipélago localizado no Oceano Índico, próximo a Madagascar. Comores, além do isolamento geográfico da Liga Árabe, não tem população e língua falada predominantemente árabes. Porém, tornou-se membro da Liga dos Estados Árabes em 1993, devido às suas fortes relações políticas e econômicas com os países produtores de petróleo da Liga, como o Kuwait e a Arábia Saudita. (BBC, 2016a)

O país por diversas vezes recebeu auxílio destes aliados e das instituições financeiras que influenciam, como o Fundo Árabe para Desenvolvimento Socioeconômico. Apesar das boas relações com os países da região do Chifre Africano, o Comores claramente se alinha aos países mais conservadores da Liga Árabe, e é favorável às intervenções árabes em conflitos como a Guerra Civil Somali.

6.7. Egito

A República Árabe do Egito é um país localizado na região nordeste da África e faz fronteira com a Líbia, o Sudão e Israel. O país controla o canal de Suez, que liga o Mediterrâneo ao Mar Vermelho e, por conseguinte, ao oceano Índico. É regido pelo sistema republicano, mas desde 1981 Hosni Mubarak exerce seu poder ditatorial como presidente.

Sendo uns dos países mais populosos da África e do Oriente Médio e sede permanente da Liga de Estados Árabes, o Egito tem uma grande influência entre os outros países árabes, e historicamente tem desempenhado um importante papel como mediador nas disputas entre as várias nações árabes, como no conflito entre Israel e Palestina. Por ser um dos poucos países do mundo árabe a assinar um tratado de paz com Israel, o Egito conta com forte apoio dos Estados Unidos da América.



O governo Egípcio busca um cessar-fogo imediato na Somália e a retomada das negociações entre o Governo Federal de Transição e a União das Cortes Islâmicas, tendo assim um posicionamento não muito ofensivo, mas com um alto grau diplomático entre as partes, prezando por não condenar nem a UCI e nem o GFT. (EGITO, 2010)

6.8. Emirados Árabes Unidos

Os Emirados Árabes Unidos (EAU) são uma federação de sete Emirados que ocupam uma área de 83,6 mil km² situando-se no Oriente Médio entre os Golfos de Omã e Pérsico, a Arábia Saudita e Omã. Com alto grau de abertura comercial e a melhor infraestrutura do Oriente Médio, o país tem como uma de suas características a de ser distribuidor de produtos para os países circunvizinhos. A nação sempre apoiou a Liga dos Estados Árabes na luta pelo desenvolvimento dos países membros. Além disso, o país é um forte aliado dos países do Oriente Médio, sendo muitas vezes mediador de conflitos.

Por ser um importantíssimo aliado dos Estados Unidos na região, é natural que os Emirados Árabes sigam uma política de condenação à UCI e aos grupos locais de resistência à soberania do GFT. Os EAU apoiam a intervenção etíope e os bombardeios estadunidenses contra as concentrações de grupos terroristas na Somália.

6.9. Eritreia (Observador)

A Eritreia passa por um duradouro processo de turbulência com a Etiópia, que gerou, inclusive, uma guerra declarada entre os dois países no final da década de 90. A UCI apoia a Eritreia, visando pressionar os etíopes a deixarem o conflito, e, conseqüentemente, a Eritreia reconhece a UCI e outros grupos islâmicos de resistência com mais legitimidade e representatividade do que o GFT, acusando-o ainda de receber influência etíope e estadunidense.



A Líbia, a Síria e o Irã, sendo este último não membro da Liga Árabe, são países que defendem a Eritreia no conflito. Por isso, espera-se um certo alinhamento dos ideais defendidos por estes países durante as discussões tangentes à crise na Somália.

6.10. Estados Unidos da América (Observador)

Os Estados Unidos exercem um papel ativo no conflito interno somali desde a década de 90. Em 1992, em resposta ao caos político e ao desastre humanitário na Somália, os Estados Unidos e outras nações enviaram missões de paz à região do Chifre da África. Em outubro de 1993, as tropas estadunidenses sofreram severas baixas em batalha contra paramilitares somalis, o que culminou no encerramento das missões pouco tempo depois. (GLOBAL SECURITY, 2016)

A partir dos ataques de 11 de setembro de 2001, os Estados Unidos voltaram a participar do conflito, temendo o extremismo islâmico no país. A nação estreitou seus laços com os governos da Puntlândia e da Somalilândia, regiões autodeclaradas autônomas da Somália. De acordo com o Secretário-assistente de Estado, Johnnie Carson, o estreitamento visava à destruição de núcleos terroristas, mas também ao suporte ao Governo Federal de Transição.

Os Estados Unidos, em 2006, apoiaram a intervenção etíope na Somália, dando aprovação e suporte logístico para a ofensiva contra a União das Cortes Islâmicas (THE GUARDIAN, 2009). Mais tarde, em janeiro de 2007, os Estados Unidos, juntamente com o Governo Federal de Transição e a ONU, se opuseram à declaração da Etiópia sobre a intenção de retirar suas tropas do território somali, sob a justificativa de que a retirada das tropas etíopes causaria um vácuo na segurança da Somália. (SMITH, 2008)

Os Estados Unidos são fortes apoiadores do GFT e consideram a UCI como uma cédula terrorista, questionando o apoio de países da Liga Árabe ao



grupo, e defendendo, inclusive, comandar novamente outra intervenção na região.

6.11. Etiópia (Observador)

A Etiópia possui a segunda maior população da África e faz fronteira com o Djibuti, a Eritreia a Somália. Devido à sua proximidade com as zonas de conflito, a Etiópia está diretamente envolvida na Guerra Civil Somali, pois aprovou uma intervenção militar de apoio ao Governo Federal de Transição. O governo etíope se encontra extremamente alarmado com a expansão territorial da União das Cortes Islâmicas, e ao mesmo tempo se posiciona a favor da reunificação somali sob um sistema federativo que dê autonomia às regiões do país, por isso consegue manter a Puntlândia como um importante aliado na luta contra a UCI.

A Etiópia reconhece e apoia a ação do GFT como autoridade nacional máxima somali, e clama para que as outras nações que compõem a Liga Árabe façam o mesmo.

6.12. Iêmen

O Iêmen está entre os países menos desenvolvidos do Oriente Médio, a maior parte de sua economia é rural e as comunicações internas são limitadas. É marcado por guerras civis, devido às disparidades existentes entre o norte e o sul, mas é também um forte aliado dos Estados Unidos. A totalidade de sua costa sul é banhada pelo Golfo de Áden, que o separa maritimamente da costa norte da Somália, tornando o Iêmen e suas embarcações outra vítima do caos da pirataria somali.

O país enfrenta sérios desafios, nomeadamente, um elevado crescimento demográfico, um lento desenvolvimento econômico, o declínio dos recursos petrolíferos, inadequados recursos hídricos, uma deficiente educação e saúde pública. Nos últimos anos, importantes esforços têm sido feitos pelo governo do



lêmen e pelos doadores internacionais com o objetivo de contornar os principais desafios do país. Os problemas são agravados pelas dificuldades enfrentadas pelo governo em conter a rebelião dos Houthi, que assola o país há vários anos.

As condições frágeis do Iêmen como um estado e a complexidade dos problemas que afetam o país levaram a nação a adotar uma política de diálogo multinacional com objetivo de buscar auxílio e cooperação para a melhoria do país. Por conta do caráter político de diálogo, diversas ONG's auxiliam os civis vindos da Somália, monitorando parte da costa iemenita com objetivo de regaste aos refugiados.

6.13. Iraque

A República do Iraque é um país situado no Oriente Médio, sendo limitado pela Turquia a norte, pelo Irã a leste, pelo Golfo Pérsico, pelo Kuwait e pela Arábia Saudita a sul e a oeste pela Jordânia e pela Síria. É um dos maiores exploradores de petróleo do mundo, chegando a ter mais de 300,000 barris de petróleo extraídos por dia.

Foi alvo de uma coalizão militar ocidental, liderada pelos Estados Unidos, que derrubou o governo de Saddam Hussein em 2003 e instaurou um governo de transição. O Iraque é hoje uma república parlamentarista democrática federal que sofre grande influência do governo estadunidense e vive em grande tensão. Tropas estadunidenses continuam sobre seu território para dar fim a uma guerra civil de caráter religioso e sectário que assola o país desde a queda de Saddam Hussein.

É de se esperar que a representação do Iraque acompanhe o posicionamento ocidental como forma de retribuição a ajuda monetária, social e militar que recebe, além de reforçar que a intervenção em solo iraquiano foi, assim como a intervenção no Afeganistão, positiva e necessária para combater os numerosos grupos terroristas que se encontravam em seu território.



6.14. Jordânia

O Reino Haxemita da Jordânia é um país de governo monárquico parlamentar localizado no Oriente Médio, conhecido entre cristãos, muçulmanos e judeus como Terra Santa. É o país mais ocidentalizado dessa região, fato proporcionado em razão da assinatura de um acordo de paz com Israel. Seu território limita-se com o Líbano (a noroeste), Síria (ao norte), Israel (a oeste), Iraque (a leste) e Arábia Saudita (ao sul). Sua localização é considerada um ponto estratégico importante pelo fato de ser o ponto de encontro entre a África, Ásia e a Europa. Isto permite aos militares jordanianos um forte apoio dos Estados Unidos, do Reino Unido e da França.

Atualmente é governada pelo rei Abdullah II. O rei serve como Chefe de Estado e Comandante-em-Chefe, e nomeia o poder executivo, que consiste no primeiro ministro, no conselho de ministros e nos governadores regionais. A proximidade política entre os EUA e o acordo de paz com Israel é vista com bons olhos pelo rei, mas para muitos jordanianos não.

Como a Jordânia mantém boas relações com os EUA e pretende aprofundá-las, o posicionamento do país a respeito do conflito na Somália tende a ser de confiante nas ações militares propostas e defendidas pelos Estados Unidos, além de apoiar o GFT e condenar a UCI. (SCOTT LASENSKY, 2006)

6.15. Kuwait

O Estado do Kuwait é um emirado de monarquia constitucional, governado pelo Sheikh Sabah. Está situado no topo do Golfo Pérsico, fazendo fronteira com o Iraque e Arábia Saudita. O país passou por muitos conflitos nos últimos anos, como a invasão iraquiana e a Guerra do Iraque, que mobilizou tropas estrangeiras dentro de seu território. Estes conflitos resultaram no estabelecimento de muitas relações do Kuwait com outros países. O Estado



mantém relações muito firmes com todos os membros do Conselho de Cooperação do Golfo (Omã, Bahrein, Catar, Arábia Saudita e Emirados Árabes Unidos). Após a Primeira Guerra do Golfo (invasão do Kuwait pelo Iraque), as relações com a nação iraquiana e os países que a apoiaram na guerra foram cortadas por completo. Mas por outro lado, os países que apoiaram o Kuwait contra a invasão ainda detêm boas relações com o governo do país. (BBC, 2016)

O Estado do Kuwait não toma nenhuma posição radical diante do conflito na Somália, e é esperado que se posicione de maneira ponderada, mas apoiando as ações de seu grupo de aliados estratégicos. Assim como o restante de seu bloco, o Kuwait clama pela consolidação de um governo centralizado na Somália, e acredita que a intervenção dos países árabes pode acabar sendo inevitável.

6.16. Líbano

O Líbano tem um governo democrático parlamentarista e está localizado na extremidade leste do mar Mediterrâneo, na Ásia Ocidental, numa região que faz ligação entre esse continente e a Europa. Faz fronteira com Israel ao sul e com a Síria ao norte e a leste.

O país passou por vários conflitos, como a guerra civil libanesa e invasões sucessivas de Israel e ocupação de parte do território pelo exército sírio. Os conflitos de 2006 entre Israel e o Hezbollah dentro do território libanês causaram a morte de civis e significativos danos na infraestrutura do Líbano. Estes conflitos acabam causando uma tensão muito forte na relação libanesa com os EUA e seus aliados. (CNN, 2006)

Por não ter uma posição firmemente definida sobre a guerra civil somali, o Líbano pode apresentar uma posição muito forte ou, no mínimo, crítica, em relação aos envolvidos no conflito. Existe certa desconfiança libanesa para com a intervenção etíope, fomentada pelo fato de Israel ter fornecido armas para o



exército da Etiópia. E como o Líbano mantém relações amistosas com o Irã, não se descarta um possível apoio à Eritreia por parte libanesa.

6.17. Líbia

A Líbia é um país do Magreb, no norte da África, e possui o maior IDH do continente africano. Possui também um dos maiores PIBs da África e é uma grande produtora de petróleo. O líder da Líbia, Muammar al-Gaddafi, vê com um certo receio a intervenção de países ocidentais na Somália, pois acredita que eles acabam trazendo mais males à população do que avanços na busca pela paz, e também não confia na entrada das forças armadas da Etiópia no país, pois alega que essa se faz presente apenas por conta da influência estadunidense.

A Líbia acredita que muitos dos cidadãos somalis que acabam se envolvendo com atividades ilegais apenas o fazem por não terem outra alternativa para se sustentarem economicamente, por isso é contra o extermínio dessas pessoas por embarcações militares da OTAN ou dos Estados Unidos. Gaddafi defende também o estabelecimento de uma zona de exclusão comercial nos mares somalis, para que sejam evitados os ataques de piratas que ocorrem constantemente nessa região.

6.18. Marrocos

O Reino do Marrocos é um país regido por uma monarquia constitucional localizado no extremo noroeste da África. O país apresenta uma das melhores economias do continente africano, contando com acordos econômicos com os EUA, exploração de petróleo em seu território e uma expressiva exportação de seus derivados. Entretanto, o país enfrenta uma tensão que vem desde o começo da descolonização espanhola na década de 70.

O Reino do Marrocos é um Estado que procura estabelecer boas relações com outros governos desde que seus ideais sejam semelhantes. É considerado



aliado não membro da OTAN pelos EUA, o que se deve ao apoio marroquino à Guerra contra o terror e pela ambição do Marrocos de estabelecer boas relações econômicas com a nação americana. Sua relação com a Somália e com o conflito que se passa no país não é bem definida, mas é de se esperar que seu posicionamento zele pela independência política dos países envolvidos no conflito, critique a tomada de território somali por outros governos e repreenda a UCI e grupos islâmicos extremistas. (ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, 2016)

6.19. Maurîtânia

A Maurîtânia, situada na região do Magreb, ao norte da África, é hoje um país sob comando militar. O Conselho Militar para Justiça e Democracia foi estabelecido após um golpe de Estado, em 3 de agosto de 2005, depondo o antigo presidente Maaouya Ould Sid'Ahmed Taya, que permanecia por 21 anos no poder.

O país tem boas relações com os vizinhos e se mantém, de certa forma, neutro em relação ao cenário político internacional, mesmo que tenha se posicionado pró Iraque nos anos 90. Apesar de ainda não ter um presidente, o governo interino continua com alguns posicionamentos do período Taya no que se diz respeito às relações exteriores, como a manutenção das relações com Israel. O país é um dos poucos do mundo Árabe a reconhecer Israel como um Estado soberano.

A Maurîtânia busca, como muitos de seus aliados, uma solução para o conflito que implique na restauração de um governo consolidado, levando ao poder um representante eleito democraticamente pela nação.

6.20. Omã

O Sultanato de Omã é um país localizado ao sul da Arábia Saudita que tem como regime político uma monarquia absoluta controlada pelo sultão Qaboos Bin Said. Não diferente de muitos países do mundo árabe, Omã tem como



religião oficial do país o Islã e sua constituição é baseada na Sharia, que é um conjunto de leis com bases religiosas.

Suas relações com outros Estados se dá de forma não muito radical, mantendo-as, assim, com muitos países, inclusive o Irã. Por ter uma posição estratégica privilegiada, diversas nações buscam manter uma boa relação com o sultão. Em 2006, o tratado de livre comércio entre Omã e os Estados Unidos da América e cooperações anteriores com outros países, confirma o que foi dito anteriormente. (BBC, 2016)

No que se tange ao conflito que ocorre na Somália, o Omã irá focar seus esforços para que seja alcançada pelos membros da Liga Árabe uma solução conjunta, que seja capaz de consolidar um governo sólido no país. Tudo isso tem como objetivo ampliar as relações exteriores do país e conquistar, a longo prazo, possíveis acordos com os países envolvidos.

6.21. Palestina (Organização para a Libertação da Palestina)

A OLP é a entidade reconhecida pela Liga Árabe como única representante do povo palestino em suas reuniões. Por se tratar de uma nação importantíssima e muito respeitada pelos povos árabes e islâmicos, a Palestina carrega uma importante função de conciliadora em conflitos como este.

O país é um dos praticantes da lei islâmica Sharia, também aplicada pela UCI e por outros líderes islâmicos de resistência frente ao GFT, e por isso condena como generalistas e preconceituosas as atribuições que relacionam esta legislação ao terrorismo. A Palestina se preocupa com a influência dos Estados Unidos e da OTAN no conflito, e acredita que o melhor seria que sua resolução fosse construída apenas pelos países dos mesmos grupos regionais da Somália e do mundo árabe, visando evitar outra desastrosa intervenção ocidental, como as da ONU na década de 90.



6.22. Síria

Assim como a Líbia, o governo sírio de Bashar al-Assad também não enxerga nas coalizões militares ocidentais, ou na intervenção etíope, uma boa saída para a crise somali. A Síria teme que potências como os Estados Unidos estejam interessadas somente nas vantagens econômicas que podem obter com o aumento de sua esfera de influência na Somália, deixando de lado o prezar pela vida dos cidadãos.

A Síria acredita ainda que o Governo Federal de Transição possa não ter a representatividade necessária para conduzir um processo de reunificação da Somália, por isso enxerga com receio sua apresentação enquanto estado centralizado somali. Apesar disso, também não se posiciona diretamente contra o GFT ou a UCI, e apoia a luta de líderes regionais contra as facções declaradamente terroristas.

6.23. Somália (Governo Federal de Transição)

A Liga Árabe reconhece o Governo Federal de Transição como representante da Somália em suas reuniões. Logo, é completamente previsível que essa delegação inflame discursos contra a União das Cortes Islâmicas e todos os outros grupos locais de resistência que ameacem sua governabilidade enquanto única autoridade nacional soberana. O GFT é favorável à intervenção etíope, e até mesmo às ações militares coordenadas pelos Estados Unidos da América e seus aliados.

A entidade tenta se apresentar como um governo representativo e, por isso, busca o diálogo e a aliança com os senhores da guerra que não se identificam com a UCI. Por conta disso, têm relações, até o momento, amistosas com os líderes da Putlândia e da Somalilândia, apesar destes terem um certo receio quanto à ascensão do GFT e uma possível tentativa de tomada total do poder por parte dele.



O GFT justificou sua ofensiva contra a UCI acusando este grupo de não respeitar os seus limites territoriais e também de abdicar de tentar chegar a uma solução pacífica por meio de reuniões e assembleias.

Atualmente, a maior preocupação do GFT é com a sua sustentação como governo de facto nas regiões conquistadas recentemente contra a UCI. Muitos grupos armados isolados se apresentam como governos locais, impedindo a ação do GFT como legislador em seu território reclamado.

6.24. Sudão

O Sudão, oficialmente República do Sudão é o maior país africano. A economia do Sudão é centralizada na agricultura especialmente nas regiões mais úmidas do Sul do país e nas regiões central e norte, localidades próximas ao Rio Nilo. O país passa por diversas mudanças devido aos conflitos em seu território, e se encontra entre os estados em piores condições do mundo, se portando como um estado falido devido ao conflito em Darfur. O país é dominado por uma população de origem árabe, enquanto em Darfur a maioria é de origem centro-africana.

Por ser uma nação praticante da lei Sharia, defendida pela UCI e outros grupos rebeldes de viés islâmico, o Sudão se preocupa com a ascensão de um governo secular na Somália, como é o GFT.

6.25. Tunísia

Integrada nas principais comunidades internacionais, a Tunísia faz parte da Liga Árabe, da União Africana e da Comunidade do Sahel-Sahara. O governo tunisiano acredita ser de suma importância a retomada das negociações de paz para que seja alcançada a resolução do conflito na região. Por se tratar de um país que visa sempre manter positivas as relações regionais, a Tunísia prega uma intervenção conjunta e cooperativa, mas não necessariamente militar, da



Liga Árabe, que enxerga como uma alternativa mais imparcial do que ações unilaterais como as da Etiópia ou dos Estados Unidos.

Sendo, assim como a Somália e outros estados, membro tanto da Liga Árabe quanto da União Africana, a Tunísia não descarta a possibilidade de uma ação conjunta por parte dos dois blocos, visando consolidar um governo representativo e democrático na região.

6.26. União Africana (Observador)

O bloco dos países que compõem a União Africana (UA), organização continental diretamente envolvida na resolução do conflito, terão voz nos debates da Liga Árabe por meio de uma representação observadora. Por ser composta por quase todos os países do continente africano, sendo o Marrocos a única exceção, muitos de seus membros também fazem parte da LEA.

A UA foi favorável à intervenção etíope na Somália no final de 2006, por considerar a situação extrema e reconhecer as ofensivas da UCI como invasivas à soberania do GFT. Entretanto, a organização agora acredita que a atuação da Etiópia deva ser substituída por uma ação regional, por isso aprovou em seu Conselho de Paz e Segurança uma intervenção militar da própria organização. Outra grande preocupação da União Africana é com o fluxo de refugiados somalis, que atualmente têm se dirigido em grandes massas para o Quênia.



7. Referências

AL JAZEERA. **Analysis: Qatar's foreign policy - the old and the new.** Doha. 21 nov. 2014. Disponível em: <<http://www.aljazeera.com/indepth/opinion/2014/11/analysis-qatar-foreign-policy--2014111811274147727.html>>. Acesso em: 28 mar. 2016.

AGENCE DE PRESSE AFRICAINE. **69th meeting of the peace and Security Council.** Addis Ababa. 22 jan. 2007. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20070828223759/http://www.apanews.net:80/article.php?id_article=19420>. Acesso em: 29 mar. 2016.

BBC. **Djibouti condemns US Somali raids.** 12 jan. 2007. Disponível em: <<http://news.bbc.co.uk/2/hi/africa/6254759.stm>>. Acesso em: 29 mar. 2016.

BBC. **Ethiopia urged to leave Somalia.** 27 dez. 2006. Disponível em: <<http://news.bbc.co.uk/2/hi/africa/6212807.stm>>. Acesso em: 29 mar. 2016.

BBC. **Middle East:** Country Profiles. 2016. Disponível em: <http://news.bbc.co.uk/2/hi/middle_east/country_profiles/default.stm>. Acesso em: 25 mar. 2016.

BOWDEN, Mark. The Inquirer. **A defining battle.** 1997. Disponível em: <<http://inquirer.philly.com/packages/somalia/nov16/rang16.asp>>. Acesso em: 24 mar. 2016.

CARDOSO, Nilton César Fernandes. **Conflito Armado na Somália:** Análise das Causas da Desintegração do País após 1991. 2012. 94 f. TCC (Graduação) - Curso de Relações Internacionais, Departamento de Economia e Relações Internacionais, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/71689/000880118.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 16 mar. 2016.



CNN. **Timeline:** Decades of conflict in Lebanon, Israel. 2006. Disponível em: <<http://edition.cnn.com/2006/WORLD/meast/07/14/israel.lebanon.timeline/>>. Acesso em: 25 mar. 2016.

COUNTRY LISTING. **Lebanon:** The Riyadh Conference and the Arab Deterrent Force. Disponível em: <<http://www.country-data.com/cgi-bin/query/r-8067.html>>. Acesso em: 02 abr. 2016.

DAILY NEWS. **Arab League meet tries to halt Iran-Iraq war.** Bagdá, p. 16-16. 14 mar. 1984. Disponível em: <<https://news.google.com/newspapers?nid=1696&dat=19840313&id=-e4aAAAAIBAJ&sjid=TEcEAAAAIBAJ&pg=6684,3078819&hl=pt-BR>>. Acesso em: 29 mar. 2016.

PHILIPP, Peter. **1945:** Fundada a Liga Árabe. Disponível em: <<http://www.dw.com/pt/1945-fundada-a-liga-árabe/a-305962>>. Acesso em: 29 mar. 2016.

EGITO. Ministério de Relações Exteriores. **Egyptian Arab Relations, Bilateral Relations, Somalia:** Brief History. 2010. Disponível em: <<http://www.mfa.gov.eg/English/EgyptianForeignPolicy/EgyptianArabRelation/BilateralRelations/Somalia/Pages/History.aspx>>. Acesso em: 24 mar. 2016.

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. 9/11 MEMORIAL. **FAQ about 9/11.** 2015. Disponível em: <<https://www.911memorial.org/faq-about-911>>. Acesso em: 28 mar. 2016.

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. Agência Centra de Inteligencia. **The World Factbook.** Disponível em: <<https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook>>. Acesso em: 19 mar. 2016.

G1. **Entenda o Conflito na Somália.** São Paulo. 27 dez. 2006. Disponível em: <<http://g1.globo.com/Noticias/Mundo/0,,AA1401070-5602,00-ENTENDA+O+CONFLITO+NA+SOMALIA.html>>. Acesso em: 29 mar. 2016.



INTERNATIONAL DEMOCRACY WATCH. Centro Studi Sul Federalismo. **Arab League**. Disponível em:
<<http://www.internationaldemocracywatch.org/index.php/arab-league->>. Acesso em: 29 mar. 2016.

MOURAD BENCHEIKH (República Argelina Democrática e Popular). Ministério de Relações Exteriores. **Algerian Representation in South Africa: Some elements about the Algerian foreign policy**. 2007. Disponível em:
<www.arso.org/Algerian_Foreign_Policy.doc>. Acesso em: 25 mar. 2016.

NAÇÕES UNIDAS. DEPARTMENT OF PEACEKEEPING OPERATIONS. . **SOMALIA - UNOSOM I: Mandat**. 2003a. Disponível em:
<<http://www.un.org/en/peacekeeping/missions/past/unosom1mandate.html>>. Acesso em: 19 mar. 2016.

NAÇÕES UNIDAS. DEPARTMENT OF PEACEKEEPING OPERATIONS. . **UNITED NATIONS OPERATION IN SOMALIA II: UNOSOM II (March 1993 - March 1995)** . 2003b. Disponível em:
<<http://www.un.org/en/peacekeeping/missions/past/unosom2.htm>>. Acesso em: 19 mar. 2016.

PORTO EDITORA. **Liga Árabe**. Disponível em: <[http://www.infopedia.pt/\\$liga-arabe,3](http://www.infopedia.pt/$liga-arabe,3)>. Acesso em: 29 mar. 2016.

LASENSKY; Scott (Estados Unidos da América). Instituto de Paz dos Estados Unidos. **Jordan and Iraq: Between Cooperation and Crisis**. 2006. Disponível em:
<<http://web.archive.org/web/20090509023059/http://www.usip.org/pubs/specialreports/sr178.html>>. Acesso em: 25 mar. 2016.

SHAFIR, Gershon; MEADE, Everard; ACEVES, William J.. **Lessons and Legacies of the War On Terror: From moral panic to permanent war**. Nova Iorque: Routledge, 2013.

SMITH, Brian. **Ethiopia threatens to withdraw from Somalia**. The International Committee of the Fourth International. 22 set. 2008. Disponível



em: <<https://www.wsws.org/en/articles/2008/09/ethi-s22.html>>. Acesso em: 25 mar. 2016.

THE NEW YORK TIMES. **98 Die in One of Algerian Civil War's Worst Massacres**. 30 ago. 1997. Disponível em: <<http://www.nytimes.com/1997/08/30/world/98-die-in-one-of-algerian-civil-war-s-worst-massacres.html>>. Acesso em: 25 mar. 2016.

YALE LAW SCHOOL. **The Alexandria Protocol; October 7, 1944**. 2016a. Disponível em: <http://avalon.law.yale.edu/20th_century/alex.asp>. Acesso em: 29 mar. 2016.

YALE LAW SCHOOL. **Treaty of Joint Defense and Economic Cooperation Between the States of the Arab League, June 17, 1950**. 2016b. Disponível em: <http://avalon.law.yale.edu/20th_century/arabjoin.asp>. Acesso em: 29 mar. 2016.



8. Anexos

8.1. Protocolo de Alexandria

PAN-ARAB PRELIMINARY CONFERENCE. **The Alexandria Protocol**. Alexandria, 7 out. 1944. Traduzida por American Legation, Cairo. Disponível em: <http://avalon.law.yale.edu/20th_century/alex.asp>. Acesso em: 29 mar. 2016.

8.2. Tratado de Defesa Conjunta e Cooperação Econômica Entre os Estados da Liga Árabe

LEAGUE OF ARAB STATES TREATY SERIES. **Agreements and Conventions Concluded between Member States With in the Framework of the Arab League**, p. 10. Aug. 22, 1952. Disponível em: <http://avalon.law.yale.edu/20th_century/arabjoin.asp>. Acesso em: 29 mar. 2016.

8.3. Resolução 751 do Conselho de Segurança das Nações Unidas (criação da UNOSOM I)

NAÇÕES UNIDAS. CONSELHO DE SEGURANÇA DAS NAÇÕES UNIDAS. **United Nations Security Council Resolution 751**. 1992. Disponível em: <<https://documents-dds-ny.un.org/doc/RESOLUTION/GEN/NR0/011/10/IMG/NR001110.pdf?OpenElement>>. Acesso em: 19 mar. 2016.

8.4. Resolução 775 do Conselho de Segurança das Nações Unidas (extensão da UNOSOM I)

NAÇÕES UNIDAS. CONSELHO DE SEGURANÇA DAS NAÇÕES UNIDAS. **United Nations Security Council Resolution 775**. 1992. Disponível em: <<https://documents-dds-ny.un.org/doc/RESOLUTION/GEN/NR0/011/10/IMG/NR001110.pdf?OpenElement>>.



ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N92/410/10/IMG/N9241010.pdf?OpenElement>.
Acesso em: 19 mar. 2016.

8.5. Resolução 794 do Conselho de Segurança das Nações Unidas (autorização da UNITAF)

NAÇÕES UNIDAS. CONSELHO DE SEGURANÇA DAS NAÇÕES UNIDAS.
United Nations Security Council Resolution 794. 1992. Disponível em:
<<https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N92/772/11/PDF/N9277211.pdf?OpenElement>>.
Acesso em: 19 mar. 2016.